

Estudo revela crise local de moradias

Baixada é segunda região do Estado em habitações irregulares, o que a leva a conviver com potencial econômico e vulnerabilidade

ANDERSON FIRMINO
COLABORADOR

Depois da Região Metropolitana de São Paulo, a Baixada Santista é a localidade do Estado com o maior número de habitações em situação irregular em relação à população fixa. O dado consta em um estudo elaborado pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU, estadual) com as prefeituras e a Agência Metropolitana (Agem).

Quando estiver concluído, será apresentado aos prefeitos da região, numa reunião do Conselho de Desenvolvimento da Baixada (Condesb). O tema foi levantado em um dos painéis do evento A Região em Pauta, realizado ontem à tarde no auditório do Grupo Tribuna. Os debates foram conduzidos pela gerente de Projetos e Relações Institucionais, Arminda Augusto.

Segundo o Sistema de Informações Metropolitanas da CDHU, com dados de 2019, 18% dos domicílios em assentamentos precários em Guarujá, Cubatão, Santos e São Vicente estão em palafitas com indicações de remoção.

Para a superintendente de Planejamento e Programas Habitacionais da CDHU, Maria Cláudia Pereira de Souza, duas palavras sempre devem estar em mente quando se pensa em habitação: integração e processo. "Não adianta a gente ir buscar dinheiro se não tiver o que apresentar."

CONTRASTE

O engenheiro Fernando Camacho, que apresentou uma radiografia sobre áreas irregulares para habitação na Baixada Santista, resalta que a região tem potencial socioeconômico elevado, mas que o convívio com a vulnerabilidade socioambiental na Baixada é um problema crônico e requer solução urgente.

"No período entre 2005 e 2018, na Baixada Santista, as habitações regulares cresceram 1,25% ao ano — só em Santos, 0,26%. Nas áreas informais, com habitações desconformes, o crescimento anual é da ordem de 6,60%, e, só em Santos, o acréscimo foi de 5,32%. É uma taxa comparável à de países subdesenvolvidos. Em 2019, falávamos de 117 mil habitações, num total estimado de 468 mil habitantes", pontua.

A diretora de Contenção de Invasões de Guarujá, Valéria Amorim, vê 2015 como divisor de águas na Cidade, por causa da criação da diretoria. Servidores trabalhavam exclusivamente na fiscalização, mas a Cidade tem "ambientes propícios" para ocupações irregulares.



O tema foi levantado em um dos painéis do evento A Região em Pauta, realizado ontem à tarde no auditório do Grupo Tribuna: problema crônico e que requer solução urgente

ANÁLISES DOS PARTICIPANTES



"Entre 2005 e 2018, na Baixada Santista, as habitações regulares cresceram 1,25% ao ano (...). Nas áreas informais, com habitações desconformes, o crescimento anual é da ordem de 6,6% (...). É uma taxa comparável à de países subdesenvolvidos"

Fernando Camacho
Engenheiro e pesquisador



"São servidores públicos, que trabalham, exclusivamente para fazer fiscalização. (...) (Mas Guarujá) É uma cidade que ainda possui ambientes propícios para invasões. São 17 morros, e isso causa grande preocupação. (...) Eles (invasores) se juntam para agir nos feriados"

Valéria Amorim
Diretora de Contenção de Invasões de Guarujá



"(A promoção de regularização fundiária, para que ocorra de forma plena) Tem que ter medida urbanística, recuperação ambiental e segurança jurídica da posse"

Andréa Castro
Secretária de Habitação de Cubatão



"A Justiça é morosa porque, assim como os demais poderes, ela é burocratizada demais. (...) Mas também falta vontade. Eu só cheguei há um ano e não fiz nada além do que colocar todo mundo na mesa para conversar. Sozinho, ninguém faz nada"

Fernanda Menna
Juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública de Santos



"Se quisermos, efetivamente, exercer aquilo que é a habitação, temos que brigar pelo pacto federativo. Se não fizermos isso, os municípios sempre ficarão com o chapéu na mão"

Anderson Mendes de Andrade
Coordenador da Câmara Temática de Habitação da Agem



"(A política habitacional atual) Não deu certo. (...) É preciso pensar fora da caixinha. (...) É uma situação presente no País todo. Cabe a nós buscar alternativas e reconhecer que são décadas de uma política que fracassou"

Glaucus Farinello
Secretário de Desenvolvimento Urbano de Santos



"A gente quer a regularização. Mudar para um conjunto habitacional não resolve. E também procuramos não mexer nas áreas de mata"

Laura Lima Virgílio
Mancure, moradora da comunidade Bela Vista, perto da Vila Progresso, em Santos



"A gente não consegue, de uma vez, dar conta de tudo. Há quem pergunte as razões para se fazer esse tipo de mapeamento: 'Tem dinheiro (para as ações)?'. Não adianta a gente ir buscar dinheiro se não tiver o que apresentar"

Maria Cláudia Pereira de Souza
Superintendente de Planejamento e Programas Habitacionais da CDHU

Saídas exigem mudanças e vontade

■ ■ ■ Fernanda Menna, juíza da 1ª Vara de Fazenda Pública de Santos e que criou uma Câmara Judicial para solucionar a questão da Vila dos Criadores, que já tem sentença definitiva, reconhece a morosidade da Justiça. A solução, nesses casos, é a busca pelo entendimento. "A Justiça é morosa porque, assim como os demais poderes, ela é burocratizada demais. Falta investimento, falta pessoas, falta tudo. Mas também falta vontade. Eu só cheguei há um ano e não fiz nada além do que colocar todo mundo na mesa para conversar. Sozinho, ninguém faz nada", explica a magistrada.

Andréa Castro, secretária de Habitação de Cubatão, defende a regularização fundiária, outro problema abordado no encontro, mas de forma plena. "Tem que ter medida urbanística, recuperação ambiental e segurança jurídica da posse", alega.

Glaucus Farinello, secretário de Desenvolvimento Urbano de Santos, aponta que a política habitacional atual "não deu certo" e que é preciso "pensar fora da caixinha". "É uma situação presente no País todo. Cabe a nós buscar alternativas e reconhecer que são décadas de uma política que fracassou", propõe. (AF)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal A Tribuna - Santos/SP

Seção: Cidades **Caderno:** A **Página:** 3